

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2016

INSS terá que pagar benefício em 45 dias

Segurados receberão mesmo que perícia não tenha sido feita, diz liminar

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou com ação civil pública na Justiça contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que o início do pagamento dos benefícios seja feito 45 dias após a data agendada da perícia, independentemente da consulta ter sido realizada. A liminar, ajuizada na 8ª Vara Federal de Brasília, tem caráter de urgência e abrangência nacional.

De acordo com o texto da ação, o trabalhador não pode ser penalizado pela demora no atendimento que a greve dos peritos causou. “A lei da Previdência Social estabelece um prazo máximo de 45 dias para o pagamento. A greve só trouxe à luz o descumprimento dessa lei. Eu mesmo verifiquei, em todas as capitais do país, que o prazo entre o agendamento e a consulta ultrapassa 80 dias”, disse o defensor público federal Eduardo Queiroz, do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva do DPU.

Decisões judiciais que obrigam o INSS a pagar o benefício 45 dias após o agendamento da perícia já existem em cinco estados — Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão e Rondônia. Em 2011, a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul moveu ação e o juiz julgou procedente. “O benefício é concedido administrativamente com a apresentação de atestado médico que pode ser do Sistema Único de Saúde (SUS), postos de saúde ou mesmo de um médico particular”, relatou Queiroz.

Os peritos do INSS voltaram a trabalhar em 25 de janeiro, depois de 143 dias em greve, e atendem apenas os casos de concessão do auxílio-doença (primeiro benefício) e volta ao trabalho. A advogada Jane Berwanger, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), lembra que a volta ao trabalho dos médicos não resolve, pois foi parcial, e a demanda reprimida é muito grande.

**Fonte: edição de 2 de fevereiro do Correio Braziliense.*

Dívida pública bate recordes

União aumentou em R\$ 119 bilhões as despesas de 2015 e contas do setor público tiveram rombo histórico de R\$ 115 bilhões



Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, iniciou campanha para derrubar veto

Os últimos dados divulgados pelo governo mostram que a dívida pública não para de crescer e bate recordes constrangedores. Um deles são os volumes com vencimento em 2016, que somam R\$ 507,3 bilhões, o equivalente a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse é mais um número histórico e representa um salto de 67,8% em relação valor dos títulos da União que precisavam ser quitados em plena crise de 2009, de R\$ 302,2 bilhões.

O aumento expressivo de vencimentos com prazos mais curtos reflete nitidamente a perda do grau de investimento das agências de classificação de risco internacionais Standard & Poor's (em setembro passado) e Fitch Ratings (em dezembro), na avaliação de especialistas ouvidos pelo Correio Braziliense. Eles avisam que novos rebaixamentos virão neste ano porque a tendência é que o perfil da dívida não melhore. Pelo contrário. Sem o selo de bom pagador, credores cobram prêmios mais elevados para emprestar dinheiro ao governo e não querem saber de títulos longos, principalmente porque, no ano passado, a União aumentou em R\$ 119 bilhões as despesas e as contas do setor público tiveram rombo histórico de R\$ 111 bilhões, ou 1,9% do PIB. “O tempo médio que o mercado chama de ‘duration’ da dívida está reduzido. E esse encurtamento dos prazos diminui a capacidade do governo de combater a inflação”, explica o economista Samuel Pessoa, pesquisados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Para especialistas, a tendência é que os riscos de uma crise de solvência estoure em 2018, quando a dívida pública bruta brasileira deverá chegar a 80% do PIB. O economista Roberto Luis Troster, lembra que a falta de controle nas contas públicas ainda fez o governo registrar um deficit nominal de R\$ 613 bilhões do setor público de 2015, o equivalente a 10,35% do PIB, algo nunca visto na história do país. “Isso é preocupante. Se nada for feito para evitar a trajetória crescente da dívida pública, o país poderá passar por uma crise de solvência daqui a dois anos”, alerta.

Em 2015, essa taxa chegou a 66,2% do PIB, a mais alta que se tem notícia. Conforme dados do Banco Central, esse indicador já subiu para 66,9% em janeiro. Mas o dado pode ser ainda pior pelas contas do FMI, a dívida bruta brasileira encostou em 70% do PIB no ano passado e está entre uma das maiores dos países emergentes. “O sinal amarelo está aceso. O país não pode continuar nessa trajetória de crescimento acelerado da dívida pública”, alerta o economista Simão Davi Silber.

Sob suspeita

O governo não terá sossego. Ao rejeitar a proposta de um escrutínio na dívida pública em meados deste mês, a presidente Dilma Rousseff comprou uma briga que será grande, promete Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. A entidade havia conseguido a inclusão da proposta no Plano Plurianual (PPA), aprovado em dezembro, por meio de uma emenda, mas o trecho foi eliminado na sanção presidencial da lei, em meados de janeiro. Na semana passada, a Auditoria Cidadã iniciou uma campanha para a derrubada do veto de Dilma. “A presidente perdeu uma ótima oportunidade de recuperar a popularidade”, critica Fattorelli, auditora aposentada da Receita.

**Fonte: edição de 1º de fevereiro do Correio Braziliense.*

FENASPS